

PROCEDIMENTO N.º 8169/2025

SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA

PROGRAMA

**SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO DA
UNIDADE LOCAL SAÚDE DO BAIXO MONDEGO, EPE**

PROCEDIMENTO N.º 8169/2025
SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA

PROGRAMA
DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO E SEU OBJETO

1. A entidade adjudicante é a Unidade Local Saúde do Baixo Mondego, EPE (ULSBM, EPE), sito na Rua do Hospital, Gala, 3094-001 Figueira da Foz, com o n.º telefone (00351) 233 402 000, fax (00351) 233 431 268, correio eletrónico concursos@ulsbm.min-saude.pt relativo ao Serviço de Aprovisionamento, responsável pelo presente procedimento, sendo o mesmo tramitado na plataforma eletrónica acinGov (www.acingov.pt).
2. O presente procedimento foi autorizado por deliberação do Conselho de Administração da ULSBM, EPE Ata n.º 23, datado de 29 de maio de 2025.
3. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de higiene e limpeza para a ULSBM, EPE.
4. A presente prestação de serviços insere-se nas categorias 90910000-9 – “Serviços de limpeza”, constante do Regulamento (CE) n.º 231/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV)
5. Em cumprimento do disposto no artigo 38.º do CCP e de acordo com os termos da regra geral de escolha de procedimento (prevista nos artigos 18.º a 21.º do CCP), o tipo de procedimento adotado é o Concurso público Internacional, ao abrigo do disposto na nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º do CCP, prosseguindo os trâmites dos artigos 130.º e seguintes do CCP.
6. O presente procedimento é conduzido por um Júri, designado, pelo órgão competente para contratar, conforme deliberação do Conselho de Administração de 29 de maio de 2025, exarado na informação de pedido de abertura de procedimento, nos termos do artigo 67.º a 69.º do CCP.

ARTIGO 2.º

DISPONIBILIZAÇÃO ELETRÓNICA DAS PEÇAS DO CONCURSO

1. O presente procedimento corre os seus termos na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov (www.acingov.pt), sendo as peças disponibilizadas integralmente na acinGov.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as peças do procedimento encontram-se disponíveis na morada referida no n.º 1 artigo 1.º, onde podem ser consultadas nos dias úteis, das 9.30 horas às 12:30 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas, desde a data da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. Quando, por qualquer motivo, as peças do procedimento não tiverem sido disponibilizadas, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 133.º do CCP, desde o dia da publicação do anúncio, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
4. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao Conselho de Administração da ULSBM, EPE e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido,

publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foi publicitado o anúncio do procedimento.

ARTIGO 3.º

ESCLARECIMENTO RELATIVOS ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica acinGov, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior ou quaisquer outros da iniciativa da entidade adjudicante serão prestados pelo Júri do procedimento, pela mesma via, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, juntando-se os mesmos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.

ARTIGO 4.º

ERROS E OMISSÕES

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica acinGov, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetadas.
2. Para efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
 - d) Os erros e as omissões do projeto de execução que não possam ser incluídos em nenhuma das alíneas anteriores.
3. Os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
5. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões que sobre eles recaiam, são publicitadas na plataforma eletrónica acinGov e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.

ARTIGO 5.º**PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

1. Quando forem prestados esclarecimentos ou efetuadas retificações de erros ou omissões às peças do procedimento, ao abrigo do artigo 50.º do CCP, e estes sejam comunicados para além do prazo nele estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deverá ser prorrogado por período equivalente ao do atraso verificado.
2. A pedido fundamentado de qualquer interessado o prazo fixado para a apresentação das propostas, poderá ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
3. A decisão de prorrogação referida no número anterior será disponibilizada na plataforma eletrónica acinGov e junta às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO**ARTIGO 6.º****PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

1. As propostas devem ser apresentadas até às 17:00 horas do 30.º dia a contar do envio do anúncio do procedimento para publicação ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia, nos termos do artigo 136.º do CCP.
2. A apresentação das propostas deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, através da Plataforma Eletrónica.
3. Em caso de qualquer dificuldade para aceder e utilizar a Plataforma Eletrónica, o interessado ou concorrente deverá contactar o Serviço de Apoio Técnico através do n.º 707 451 451, disponível nos dias úteis das 9h às 19h ou através do endereço de correio eletrónico apoio@acingov.pt.
4. Sem prejuízo do apoio técnico prestado pela entidade gestora da Plataforma Eletrónica, nos termos no número anterior, quaisquer circunstâncias que, não sendo imputáveis aos interessados ou aos concorrentes, impossibilitem ou tornem excessivamente demorada a submissão da proposta na Plataforma Eletrónica, devem ser imediatamente comunicadas à Entidade Adjudicante, para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, acompanhadas da devida prova, para o endereço eletrónico concursos@ulsbm.min-saude.pt, sob pena de não ser exequível a tomada das medidas necessárias a fim de os interessados ou concorrentes não serem prejudicados.
5. Os documentos submetidos na Plataformas Eletrónica devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto nos n.os 2 a 6 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, e com aposição de selos temporais, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 55.º desse mesmo diploma legal.
6. Nos termos no n.º 5 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, a mera assinatura eletrónica de ficheiros “zip.” ou equivalentes, que contenham vários documentos eletrónicos, não é suficiente, devendo tais documentos ser individualmente assinados nos termos referidos no número anterior.
7. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, deverá ser assinada eletronicamente pelo representante comum do agrupamento, devendo-se dar cumprimento ao previsto no n.º 5 do artigo 57.º do CCP.
8. Nos casos em que o certificado digital utilizado não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes dar cumprimento ao previsto no n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015,

de 17 de agosto, submetendo na Plataforma Eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, sob pena de exclusão da proposta.

9. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo anexado à proposta dos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção, nos termos do n.º 5 do artigo 66.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

10. Para efeitos de determinação da data e hora referidas no número anterior, ter-se-á em consideração o momento em que o concorrente procede à submissão da totalidade dos documentos que constituem as propostas.

11. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem as propostas não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 2, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:

- a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e a menção à Entidade Adjudicante;
- b) Que deve ser entregue diretamente por correio registado à Entidade Adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas; e
- c) Cujas receções devem ser registadas por referência à respetiva data e hora, sendo disponibilizado o respetivo comprovativo.

ARTIGO 7.º

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1. A proposta deve ser constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de Janeiro de 2016;
- b) O preço total e unitário (mensal) com exclusão do IVA, identificando-se a respetiva taxa legal aplicável, e que deverá incorporar todos os custos, encargos e despesas não imputáveis à ULSBM, EPE e inerentes ao fornecimento dos serviços;
- c) Os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato, aos quais o Concorrente se vincula, nomeadamente os prazos de execução e a competência técnica, devidamente certificada, para fornecer os serviços objeto do contrato, bem como indicação da plataforma de gestão operacional que possui.
- d) Preenchimento do Modelo de resposta, de acordo com o Anexo G do caderno de encargos, devendo o mesmo ser obrigatoriamente apresentado em formato xls. e em simultâneo em pdf.;
- e) Preenchimento do Anexo E do Caderno de Encargos, relativo aos produtos de limpeza a apresentar;
- f) Envio das fichas técnicas e fichas de dados de segurança dos produtos de limpeza e fichas técnicas dos materiais de limpeza e equipamentos, conforme previsto no Anexo A do Caderno de Encargos.
- g) Os concorrentes devem apresentar amostras dos produtos com que concorrem até ao último dia para submissão de proposta.
- h) Certidão permanente atualizada do concorrente ou de todos os membros do agrupamento, da qual deverá resultar que quem assina a proposta tem poderes de vinculação do concorrente ou que conferiu esses poderes a um procurador, caso em que deve ser igualmente junto o respetivo instrumento de representação (procuração).

2. Podem também integrar a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para explicitar os termos da proposta.

3. Os documentos previstos nos números anteriores devem ser redigidos em língua portuguesa.

ARTIGO 8.º

PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os Concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias contados a partir da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas. Uma vez terminado esse prazo cessa para os Concorrentes, que não hajam recebido comunicação de lhes haver sido adjudicada, a obrigação de manter as respetivas propostas.

ARTIGO 9.º

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES OU CONDICIONADAS

Não é admissível, sob pena de exclusão, a apresentação de propostas variantes ou condicionadas.

ARTIGO 10.º

ADMISSÃO DE CONCORRENTES

Pode apresentar proposta o concorrente que não se encontre em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

ARTIGO 11.º

IMPEDIMENTOS

Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do Código dos Contratos Públicos, não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades relativamente às quais se verifique alguma situação prevista no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos. São ainda excluídos os concorrentes que se encontrem:

- Acordo com os credores;
- Acordos com outros operadores económicos com o objetivo de distorcer a concorrência;
- Atividades suspensas;
- Ativos sob gestão por um liquidatário;
- Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo;
- Conflitos de interesses decorrentes da participação no procedimento de contratação;
- Corrupção;
- Culpados de falsas declarações, ocultando informações, incapazes de apresentar os documentos necessários e obtiveram informações confidenciais sobre este procedimento;
- Falência;
- Falta grave em matéria profissional;
- Fraude;
- Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas;

- Insolvência;
- Intervenção direta ou indireta na preparação do presente procedimento de contratação;
- Motivos de exclusão puramente nacionais;
- Pagamento das contribuições para a segurança social;
- Pagamento de impostos;
- Participação numa organização criminosa;
- Rescisão antecipada, indemnizações ou outras sanções comparáveis;
- Situação análoga, como falência ao abrigo da legislação nacional;
- Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos;
- Violação das obrigações no domínio da legislação ambiental;
- Violação das obrigações no domínio da legislação laboral;
- Violação das obrigações no domínio da legislação social.

ARTIGO 12.º

CONCORRENTES E AGRUPAMENTOS DE CONCORRENTES

1. Os concorrentes podem apresentar-se individualmente ou em agrupamento, caso este em que, na posição de adjudicatário, todos e apenas os seus membros devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, com responsabilidade solidária, sob pena de caducidade da adjudicação.
2. Em caso de agrupamento concorrente, deve o mesmo adotar uma designação conjunta, sendo designado um representante do agrupamento para todos os efeitos procedimentais.

ARTIGO 13.º

ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES DAS PROPOSTAS

1. O júri do procedimento pode pedir aos Concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos Concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O Júri, nos termos do n.º 3 do artigo 72.º do CCP, deve solicitar aos Concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento das irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente, o estabelecido nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do art.º 72º do CCP.
4. É ainda concedida ao Júri a possibilidade de proceder à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido, de acordo com o estipulado no CCP.

5. Os pedidos formulados pelo Júri nos termos previstos nos números 1 e 3 do presente artigo, bem como as respetivas respostas, serão disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os Concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

ARTIGO 14.º

LOTES

Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos, a decisão de adjudicação do presente procedimento de compra não será por lotes.

ARTIGO 15.º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator, nos termos do disposto na alínea b) do n.º1 do artigo 74.º do CCP, da avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

ARTIGO 16.º

CRITÉRIO DE DESEMPATE

Em caso de empate é adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar presencialmente com os interessados, do qual será lavrada ata por todos os presentes, ou na ausência de interessados, será selecionada a proposta do concorrente presente. A metodologia usada para o sorteio é:

- a) Convocatória enviada em simultâneo a todos os concorrentes em situação de igualdade, pelo menos com 2 (dois) dias úteis de antecedência, indicando a data, hora e local.
- b) Será criada uma numeração de acordo com o número de concorrentes empatados;
- c) A numeração será introduzida em recetáculo opaco, de onde cada concorrente, devidamente credenciado, extrairá a numeração;
- d) Os concorrentes serão ordenados de acordo com a numeração que lhes couber;
- e) O sorteio decorrerá na presença do júri do concurso.
- f) O concorrente que não comparecer ao sorteio na hora marcada será substituído por um membro do júri.
- g) Do sorteio será redigida uma ata a submeter a assinatura de todos os presentes.

ARTIGO 17.º

RELATÓRIO PRELIMINAR

1. O Júri do Concurso elabora um Relatório Preliminar de Análise das Propostas fundamentado sobre o mérito das mesmas, nos termos do artigo 146.º do CCP, ordenando-as por ordem decrescente, de acordo com metodologia de avaliação fixada neste programa para o efeito.
2. No Relatório Preliminar, o Júri do Concurso deverá, também, propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo do CCP.

3. Havendo uma única proposta, será elaborado um relatório único, conforme previsto na parte final do artigo 147.º do CCP que remete para o artigo 125.º do CCP.

ARTIGO 18.º

AUDIÊNCIA PRÉVIA

1. Após elaborado o relatório preliminar será o mesmo submetido a audiência prévia, nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP.
2. Os Concorrentes têm 5 (cinco) dias úteis após a notificação daquele relatório, para efeitos de pronúncia.
3. A notificação fornece os elementos necessários para que os interessados fiquem a conhecer todos os aspetos relevantes que serviram de base para a decisão, nas matérias de facto e de Direito.

ARTIGO 19.º

RELATÓRIO FINAL

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri do Concurso elaborará, nos termos do artigo 148.º do CCP, um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos Concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri do Concurso procede a nova audiência prévia, nos termos previstos do artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 20.º

NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

1. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final, sendo aí indicado, quando aplicável, o prazo de suspensão previsto no n.º 3 do artigo 95.º ou na alínea a) do n.º 1 do artigo 104.º do CCP, conforme o caso.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a Entidade Adjudicante notifica o adjudicatário para:
 - a) Apresentar reprodução dos documentos de habilitação previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP, no prazo de 5 dias;
 - c) Se pronunciar sobre a minuta de contrato, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias;
 - d) Prestar caução, quando aplicável nos termos no artigo 16.º, indicando expressamente o valor da caução a prestar, no prazo de 10 (dez) dias;
 - e) Apresentar os documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, quando aplicável, no prazo de 5 dias;

f) No caso de o preço global proposto na proposta adjudicada determinar a sujeição do contrato a celebrar a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o adjudicatário deve ainda apresentar um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, nos termos previstos no n.º 9 do artigo 81.º do CCP, no prazo de 5 dias.

e) Com os documentos de habilitação, o adjudicatário deve, ainda, caso se trate de uma sociedade comercial, apresentar o comprovativo de registo de beneficiário efetivo, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21/08.

f) Apresentação de apólice de seguro;

3. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 1 artigo 81.º do CCP se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

4. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias.

5. O prazo fixado para a apresentação dos documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada pode ser prorrogado por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar.

ARTIGO 21.º

MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação exigidos através da Plataforma Eletrónica.

2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Entidade Adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

3. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a Entidade Adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos de habilitação referidos no número anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1.

4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, a apresentação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

5. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, sem prejuízo do previsto no número seguinte.

6. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

7. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, a apresentação dos documentos de habilitação deve observar o previsto no artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
8. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, disponibilizando tais documentos na Plataforma Eletrónica, para consulta de todos os concorrentes.
9. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
10. Quando as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação, com as legais consequências.

ARTIGO 22.º

CAUÇÃO E REFORÇO DA CAUÇÃO

1. O valor da caução é 5% do preço contratual e será prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou mediante garantia bancária, ou ainda por seguro-caução, conforme escolha do Adjudicatário e de acordo com os modelos constantes dos Anexos II e seguintes do presente programa e nos termos do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo Adjudicatário é 10% do preço contratual.
3. O Adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
4. Das condições de garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.
5. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do Adjudicatário.
6. Para reforço da caução será efetuada a retenção de 5% do valor dos pagamentos a efetuar.
7. Terminado o cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do adjudicatário, a entidade adquirente promove a liberação da caução a que se refere o n.º 1.

ARTIGO 23.º

NÃO PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos artigos anteriores, a caução que lhe seja exigida.

2. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

3. A não prestação da caução pelo Adjudicatário será imediatamente comunicada ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I. P.), sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

ARTIGO 24.º

POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE AJUSTE DIRETO

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 27.º do CCP, desde já se indica a possibilidade de adoção de procedimento de ajuste direto para celebração de futuro contrato de aquisição de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares aos do objeto do presente concurso público.

ARTIGO 25.º

CONTAGEM DE PRAZOS

Salvo disposição expressa em contrário, à contagem dos prazos previstos no presente programa, aplica-se o disposto nos artigos 470.º e 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 26.º

DESPESAS DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Todas as despesas e encargos inerentes à prestação da caução, à redução do contrato a escrito e os emolumentos relativos ao processo de fiscalização prévia do mesmo pelo Tribunal de Contas em caso de concessão de visto são da responsabilidade do adjudicatário.

ARTIGO 27.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que for omissivo no presente Programa de Concurso e Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no CCP e restante legislação aplicável.

ANEXO I**Modelo de Declaração**

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal (1)... (firma, número de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo (ou indica... como endereço do sítio da internet onde podem ser consultados (3)) os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II**Modelo de Caução por Depósito em Dinheiro**

Guia de depósito n.º _____ € (euros)

Vai (1), residente/com sede (2) em (3), depositar na sede/filial/agência/delegação (2) da (4), a quantia de (5) destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito da adjudicação relativa ao procedimento (6), nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º, 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor.

O presente depósito corresponde a 5% do valor total da adjudicação acima mencionada e fica à ordem da Unidade Local Saúde do Baixo Mondego, EPE (ULSBM, EPE), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

... (data)

... (assinatura)

(1) Identificação completa do adjudicatário.

(2) Eliminar o que não interessa.

(3) Morada do Adjudicatário.

(4) Identificação completa da instituição de crédito.

(5) Indicar o valor, também por extenso.

(6) Indicar a designação ou referência do procedimento em causa.

ANEXO III**Modelo de Garantia Bancária**

GARANTIA BANCÁRIA n.º _____

Em nome de (1), vem o(a) (2), pelo presente documento, prestar, a favor da Unidade Local Saúde do Baixo Mondego, EPE (ULSBM, EPE), Pessoa Coletiva n.º 506 361 527, uma garantia bancária, até ao montante máximo de (3), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito da adjudicação relativa ao procedimento (4), nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º, 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor.

A presente garantia corresponde 5% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, para fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da Entidade Beneficiária.

Fica bem assente que o Banco garante, no caso de vir a ser chamado a honrar a presente garantia, que não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à Entidade Beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela Entidade Beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

... (Data)

... (Assinatura)

- (1) Identificação completa do adjudicatário.
- (2) Identificação completa da instituição garante.
- (3) Identificar o valor, também por extenso.
- (4) Indicar a designação ou referência do procedimento em causa.

ANEXO IV**Modelo de Seguro - Caução**

SEGURO - CAUÇÃO n.º _____ / APÓLICE n.º _____

Em nome de (1), adiante designado por Tomador do Seguro, vem a entidade (2), adiante designada por Segurador, pelo presente documento, prestar, a favor da Unidade Local Saúde do Baixo Mondego, EPE (ULSBM, EPE), Pessoa Coletiva n.º 506 361 527, adiante designada por Beneficiário, um seguro-caução, até ao montante máximo de (3), destinado a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador no âmbito da adjudicação relativa ao procedimento (4), nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º, 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor.

O presente seguro corresponde a 5% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o Segurador, sem quaisquer reservas, de fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite do valor seguro, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte do Beneficiário.

Fica bem assente que o Segurador, no caso de vir a ser chamado a honrar o presente seguro, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do Tomador, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Beneficiário quaisquer reservas ou meios de defesa de que o Tomador se possa valer face ao Segurador.

O presente seguro permanece válido até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Beneficiário, não podendo ser anulado ou alterado sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

... (Data)

... (Assinatura)

(1) Identificação completa do adjudicatário.

(2) Identificação completa da instituição garante.

(3) Identificar o valor, também por extenso.

(4) Indicar a designação ou referência do procedimento em causa.